

ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Jansen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Reporta-se à qualidade da educação na escola pública.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta-se a respeito do sistema penitenciário no Brasil.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Fala sobre a empresa italiana Cimolai.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca Pescaria Brava, e Balneário Rincão.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a crise na Segurança Pública em Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Cumprimenta o deputado Reno Caramori; homenageia os profissionais que atuam na Estação Experimental de Lages.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha voto à Mensagem n. 0475/2012.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (pela ordem) - Reporta-se à Mensagem n. 0479/2012.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Pedes que a votação da Mensagem n. 0445/201 seja reconsiderada.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Convida para audiência pública do Fórum Permanente de Prevenção de Desastres Naturais, em Blumenau.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Lê artigo de Estela Benetti, que traduz a preocupação dos empresários.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Manifesta-se contra a decisão do TCE de dar folga a seus servidores no dia do aniversário.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Manifesta preocupação com o crescimento do consumo de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Altair Guidi, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, no pronunciamento que fiz hoje pela manhã falava sobre a qualidade

da educação promovida pela escola pública que nunca alcançou o nível da escola privada, e a nossa luta, a nossa preocupação, refere-se à qualidade da educação na escola pública.

Sobre a disparidade existente entre as diversas regiões do estado, trago dois exemplos: na avaliação promovida pelo Ideb, em 2009, a nota média de todas as escolas públicas de Santa Catarina relativas às primeiras séries do ensino fundamental é cinco. Na região norte, das 199 escolas avaliadas, 76% alcançaram resultados iguais ou superiores à média do estado; na região do planalto serrano, dentre as 112 escolas avaliadas, este mesmo percentual alcançou apenas 19%, e na área de jurisdição da secretaria do Desenvolvimento Regional de São Joaquim todas as 19 escolas avaliadas ficaram abaixo da média do estado.

Naquela mesma avaliação, a nota média de todas as escolas de Santa Catarina para as séries finais do ensino fundamental foi 4,2. Na região norte, 81% das 161 escolas avaliadas alcançaram notas iguais ou superiores à média do estado. Na região do planalto serrano, dentre as 80 escolas avaliadas, este mesmo percentual alcançou apenas 18%. E na região de São Joaquim, das nove escolas avaliadas, apenas uma superou a média do estado.

Esse resultado bem reflete os níveis de desenvolvimento das regiões. A região norte apresenta a economia mais dinâmica de Santa Catarina, apresenta também o mais elevado índice de qualidade da educação pública de Santa Catarina. Em contrapartida, a região do planalto serrano, reconhecidamente aquela com a economia mais deprimida, é também a que apresenta o mais elevado índice de qualidade da educação pública de Santa Catarina.

A redução das disparidades socioeconômicas regionais tem sido o discurso oficial dos nossos governantes nas últimas décadas. Se na economia através de novos investimentos já se alcançou esse discurso, na educação ainda se está muito longe, pelo menos no que se refere à equiparação dos níveis de qualidade. Não é admissível que o

distanciamento na qualidade da educação observado na região norte e no planalto serrano ainda não tenha sido objeto de uma ação mais decisiva por parte das nossas autoridades educacionais.

Nessa linha, estivemos conversando, e fiz menção aos resultados médios alcançados pela rede pública. A nota média das escolas públicas de Santa Catarina, na avaliação realizada pelo Ideb, em 2009, foi 5,0 para as séries iniciais do ensino fundamental, 4,2 para as séries finais e 3,7 para o ensino médio. Esses resultados são muito bons quando comparados aos estados mais desenvolvidos do Brasil, mas eles estão bastante afastados das médias alcançadas pela rede de escolas privadas de Santa Catarina. Isso é que nos deixa preocupados.

Na mesma avaliação do Ideb, de 2009, a rede privada do estado alcançou a nota média 7,1 para as séries iniciais do ensino fundamental, 6,3 para as séries finais e 6,1 para o ensino médio.

Quando o ministério da Educação instituiu o Ideb como instrumento para avaliar a qualidade da educação no Brasil, estabeleceu como meta para todas as escolas alcançar a nota 6,0 no ano de 2022, quando serão comemorados os 200 anos da nossa independência.

Observa-se que enquanto a rede de escolas privadas de Santa Catarina já alcançou e até superou essa meta em 2009, a rede pública ainda estava muito longe de tal feito. Na avaliação de 2009, dentre as 1.786 escolas, das 1^{as} séries do ensino fundamental que foram avaliadas, apenas 141, ou seja, 7,9% alcançaram nota igual ou superior a seis (6,0). E, para as séries finais do ensino fundamental, a situação era ainda mais crítica: das 1.413 escolas avaliadas em 2009, apenas 12, ou seja, menos de 1%, alcançaram aquela meta.

Essa realidade nos faz pensar que corremos o sério risco de afastar cada vez mais as classes menos favorecidas de Santa Catarina de uma educação de qualidade. Enquanto as famílias mais abonadas podem arcar com os custos de uma educação de melhor qualidade nas escolas privadas, as de menor renda não têm alternativa senão matricular

seus filhos nas escolas públicas, nas quais - pelo menos é isso que demonstram os números - a educação é de qualidade bastante inferior. E temos que ficar com a nossa grande massa da nossa juventude e das nossas crianças com o problema de uma educação inferior.

A persistir essa realidade, o desfecho será trágico: os ricos serão cada vez mais ricos e os pobres, evidentemente, cada vez mais pobres.

Não parece lícito que a sociedade catarinense, que tem a justiça social como principal fundamento ideológico, deva conviver com tamanhas injustiças no que diz respeito às oportunidades para um futuro melhor. Esse é um problema que deverei dar sequência nos próximos pronunciamentos, fazendo as comparações.

Hoje, pela manhã, tive a oportunidade de falar que na América Latina não temos melhor educação do que em nenhum país, apesar do nosso desenvolvimento econômico ser diferenciado. Citei e volto a citar que o único país da América Latina que tem índice abaixo do Brasil é o Haiti. Nós todos, deputados, sabemos o que é o Haiti.

Sr. presidente e srs. deputados, era o que tinha para dizer e agradeço a oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A Presidência comunica que, tendo em vista os trabalhos executados em paralelo na Casa, a presente sessão será por suspensão até as 15h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que acompanha a sessão, quero falar hoje sobre um assunto que me tem incomodado bastante, e não é de

hoje. Trata-se de um assunto que o jornal *A Notícia* levantou, neste final de semana, acompanhando mais de 40 horas de gravação de presos conversando nos *chats*. Na minha época havia o 145 Descamisados. Hoje há os *chats*. Se observarmos, parece que é uma prática comum, infelizmente, deputado Manoel Mota, que os presos fiquem lá dentro conversando, trocando informações, comandando a venda de drogas, tudo por conta da tecnologia.

Eu lembrei que, em 2010, fiz uma viagem à Florida, junto com alguns deputados, e à época o governador do estado era o Leonel Pavan. E na cidade de Orlando, fizemos visitas a alguns setores da segurança. Visitamos a Penitenciária do Estado da Flórida, na cidade de Orlando, onde está a Disneyland. Chamou-me a atenção, sr. presidente - e tenho lá no meu *site* e no Twitter algumas fotos -, a grande diferença com relação às penitenciárias, às cadeias do Brasil.

A primeira coisa que você vê, quando olha através das grades de um cômodo, de uma carceragem, é uma privada, a popular patente. Quando passei em frente à carceragem, vi um preso sentado na privada. Depois é que se vê a cama e a pia. Então, perguntei ao diretor do presídio sobre a privacidade do preso, e ele disse assim: "A privacidade ele perdeu quando cometeu o crime!"

Numa outra parte da cadeia, perguntei se os presos tinham direito à visita íntima, para terem um momento mais íntimo com o seu cônjuge. Ele olhou para mim e disse em inglês: "Isso aqui não é um *spa*, é um centro onde ele vai ter que pagar pelo crime que cometeu à sociedade."

Eu gosto de fazer esses relatos para que comecemos a pensar. Porque lá, nos Estados Unidos, os centros de direitos humanos, aquelas pessoas que defendem os presos, que vão até lá quando botam fogo na cadeia, existem. Mas eles dão assistência para a vítima, não para o agressor. Eles choram a morte da vítima com a família, não defendem o bandido que cometeu o crime.

Eu faço esse preâmbulo para entrar num assunto específico, o telefone celular nos presídios,

porque hoje há três coisas que valem ouro dentro dos presídios, a droga, o celular e o carregador de celular. Essas são as três peças mais importantes e valiosas dentro de um presídio.

Também dentro desse presídio havia telefone público, deputado Neodi Saretta. Fomos visitar o corredor da morte e chegando lá vimos no pátio um telefone público. Isso me chamou muito a atenção. E este deputado, como jornalista, curioso, querendo saber das coisas, perguntou como funcionava. Então, ele disse que todos os presídios têm telefone público, que o preso pode usá-lo o tempo que quiser, fazer o número de ligações que quiser, sob algumas condições: primeiro, as ligações são gravadas, monitoradas; segundo, só podem fazer ligação a cobrar; e quando a pessoa recebe a ligação do presídio, já há a identificação de que a ligação vem de um presídio; terceiro, o valor pago ou cobrado da ligação é maior do que o valor normal, porque esse plus, o percentual a mais que a pessoa vai pagar para receber a ligação do preso, que é de um familiar, de um filho, do marido, esse dinheirinho a mais será distribuído para os agentes carcerários daquele presídio. Inteligência! Sabedoria!

Se eu sou agente penitenciário, não vou querer que entre um telefone celular, porque esse telefone vai mexer no meu bolso, pois se o preso usar o telefone celular e não usar o telefone público que está lá não receberei o dinheiro do *plus*! Essa foi uma forma inteligente que o americano colocou, porque nos presídios americanos não há bloqueador de celular! Não existe isso! Por que bloquear celular?! Porque o preso tem um telefone lá dentro! E aí, conversando com um carcerário naquele presídio, vi que havia um preso condenado à morte falando ao telefone. Aí ele explicava como funcionava o sistema e dizia o seguinte: torço para que ele não saia daquele telefonema, porque quanto mais tempo ele ficar naquele telefone, mais dinheiro eu ganharei.

Quando voltei dos Estados Unidos, dessa última viagem, fui ao Tribunal de Justiça, à secretaria da Segurança Pública, ao governo, à secretaria que

cuida, hoje, das penitenciárias, para estudar com eles uma legislação, deputado Dirceu Dresch, para os novos presídios, para as novas penitenciárias a serem construídas, para que o telefone lá dentro pudesse ser monitorado. É óbvio que é preciso ser monitorado, mas essa é uma fórmula de combater a inserção de aparelhos telefônicos celulares lá dentro, para que não acontecesse mais esse tipo de abuso.

Quero colocar isso muito claro porque é um assunto que estou tratando desde 2010, quando trouxemos essa sugestão, mas às vezes as coisas demoram. E o pior de tudo é que não é somente essa agonia, é saber que quando isso é explícito pela imprensa, a nossa colega aqui, a secretária Ada De Luca, duvida e diz que é mentira! Não dá para entender! Está lá a gravação, está tudo certo e não se faz nada! Eu queria ouvir de alguém responsável que vai averiguar, que vai colocar um bloqueador, que vai fazer alguma coisa. Tem que ter ação e punição! Estão trabalhando com bandido! Estão trabalhando com gente que está lá pagando pelo que fez! Agora, vou acreditar na imprensa que gravou tudo ou vou acreditar num vagabundo que está lá?!

Sinceramente, não consigo acreditar que isso está acontecendo, ainda mais que é na minha terra, deputado Edison Andrino, nosso líder, Joinville. Como é que vou ficar calado mediante a secretária dizer que não ouviu, que acha que não é verdade?! Não é esse tipo de ação que o governo tem que dar! Está errado! Tem que ter ação! E aí vamos fazer o quê? Deixar a Justiça determinar prazo para que o governo resolva isso?!

Não gostaria de estar hoje aqui fazendo esse depoimento, até em virtude de ter o maior respeito pela nossa colega deputada Ada De Luca, por sermos todos do governo, mas essa independência quero ter, independência de chegar aqui e chamar a atenção quando está errado. É a mesma coisa dessa crise na Segurança Pública.

Acabei de dar uma entrevista à TV Bandeirantes dizendo que quem está soltando foguete com essa crise toda é o bandido! E deixem-me dizer aqui:

não devo nada para ninguém, não! Essa crise é entre os militares e os civis. Sempre existiu essa crise, sempre houve essa briga, esse racha. Parece que não sabem que todos são policiais e que têm que defender a população. Enquanto estão jogando lama um no outro, os bandidos estão comemorando, e não é soltando foguete, não, estão soltando banana de dinamite para estourar caixas dos bancos. Essa é a fórmula que os bandidos estão utilizando.

É preciso sentar, é preciso baixar as vaidades, é preciso baixar as armas, que estão todos envolvidos na Segurança Pública, para que isso não comece a refletir lá fora, junto à sociedade.

Estou cobrando da secretaria que cuida dos presídios em Santa Catarina uma atitude muito diferente do que saiu no jornal ontem. Eu estou querendo uma atitude de solução, o que é que vão fazer. Dizer que isso não acontece é tapar o sol com a peneira. É hora de falar a verdade, é hora de cumprirmos todos os compromissos com as pessoas que estão no estado de Santa Catarina, muitas vezes dependendo de ações de pessoas do governo, para que possam realizar as obras, a fim de trazer mais segurança à população.

Essa é uma posição minha, do deputado Kennedy Nunes. Estou falando em nome do meu mandato e não seria diferente se pudesse vir aqui para falar de outra forma num momento tão crítico como esse que estamos vivendo.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Deputado Manoel Mota, o primeiro horário é do PSDB. Depois será o seu, a não ser que o deputado Serafim Venzon concorde em fazer a troca.

(O deputado Serafim Venzon aquiesce.)

Então, com a concordância do deputado Serafim Venzon, com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas

que prestigiam este Parlamento, vereadores aqui presentes, em nome do vereador Agenor Colares, conhecido como Nego Gomes, saúdo os demais vereadores de Sombrio.

Eu queria falar da empresa italiana Cimolai. A Cimolai é sinônimo da segunda maior metalúrgica do mundo. Depois de uma viagem extraordinária conseguimos fazer com que ela viesse para Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"A instalação de uma unidade da Cimolai Indústria Metalúrgica em Tubarão, abordada por mim recentemente nesta tribuna, ganhou novos rumos nas últimas semanas.

Após a prefeitura garantir de que teria a área para oferecer à multinacional, embarcamos, juntamente com comitiva formada por representantes do estado e do município, para a Itália, onde definimos a vinda da empresa, inclusive com as assinaturas dos protocolos de intenções do estado e do município.

Na volta da missão, o município se responsabilizou em agilizar o processo de liberação e documentação da área para que a Cimolai se instalasse.

Passados quase cinco meses do início das tratativas, a Cimolai aguardou que o município apresentasse um cronograma de ação e o cronograma para recuperação da área escolhida para abrigar a empresa.

Esse plano de ação foi apresentado somente ontem, 9 de abril, com a previsão de recuperação parcial da área para apenas meados de março de 2014. Segundo a prefeitura, a recuperação total acontecerá até meados de 2015.

Diante dessa situação, a empresa desistiu de ficar em Tubarão por comprometer o seu cronograma de trabalho que prevê a instalação definitiva em Santa Catarina até fevereiro de 2013, já em linha de produção."

Então nós, que fomos à Itália e à China, tivemos a felicidade de poder trazer uma empresa para Santa Catarina, mas para irmos à Itália e à China foi um trabalho de todo o mês de dezembro,

de todo o mês de janeiro. Na minha equipe há um funcionário, o Dicésar Viana, que trabalhou junto comigo todos os dias do mês de janeiro. Nem sequer molhei os meus pés no mar, e tenho casa na praia do Arroio do Silva, para poder viabilizar essa viagem e ter esse resultado.

O governo do estado achou, inicialmente, difícil uma empresa desse porte vir para Santa Catarina. E falo o governo, porque o governo e o seu vice, que são os responsáveis por isso, também tiveram dificuldade para viajar. E tivemos que construir junto com os secretários de estado para que essa viagem à Itália e à China se realizasse.

Paulo Bornhausen acompanhou essa viagem até a Itália e quando ele viu o tamanho dessa multinacional voltou de lá para avisar o governo que não era brincadeira, que era verdadeira a vinda dessa empresa para cá e que era uma empresa extraordinária que iria ser implantada em Santa Catarina. Mas o dr. Ênio e o dr. Alexandre nos acompanharam até a China, onde visitamos três grandes empresas que também estão prontas para se instalar em Santa Catarina.

Voltamos a Tubarão para correr atrás dos terrenos, para que a empresa possa lá se instalar e começar a produzir já nos primeiros dias de 2013. Uma empresa que constrói, hoje, em 120 países e é a campeã em construção de pontes no mundo, como também fabrica navios de cruzeiros. Os campos de futebol, das últimas Copas do Mundo, quem fez foi a empresa Cimolai, inclusive com equipamentos e uma construção de alta tecnologia. Por exemplo, vem chuva, aperta um botão, em 15 minutos fecha tudo, pode chover o que quiser, que fecha tudo, e depois sai o sol, aperta o botão, abre e volta novamente à normalidade com o campo aberto.

No Brasil há dois estádios: um em Brasília e outro no norte, em que a Cimolai já está trabalhando. Então, é preciso agilizar, pois eles precisam se estabelecer com rapidez para começar.

O material para montagem da fábrica virá num navio e ela poderá ser montada em oito meses. Eles construíram um prédio de 30 andares em 15 dias,

evidentemente conseguirão montar a fábrica em sete ou oito meses. Por isso eles precisam de resposta. Como a situação se agravou e não conseguimos garantir a instalação em Tubarão, apesar de muita luta, foram cinco meses de dedicação para que Tubarão fosse escolhida, em razão do porto de Jaguaruna, do aeroporto de Imbituba, da duplicação da BR-101, conseguimos levar até Tubarão. O prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro, colocou 50 hectares de terra à disposição para que a indústria se instalasse naquele município, mas ela não pode se deslocar para lá, pois é importante instalar-se perto do porto e do aeroporto.

Havia um terreno em São Paulo, eles possuem um terreno em Brasília e trazem o aço de Minas Gerais. Milhões de toneladas de aço chegarão mensalmente onde ela estiver instalada. Também possuem terreno próprio em Minas Gerais.

Viabilizaram também o norte do estado, mas aquela região já cresceu demais, e o que precisa crescer é a região sul e a região serrana. Se vierem a este plenário dez projetos favoráveis à região serrana ou à região sul, eu defenderei e aprovarei os dez, porque são as duas regiões mais pobres de Santa Catarina. E temos a oportunidade de trazer uma empresa desse porte para se instalar no sul do estado. Conseguimos que ela ficasse no sul do estado e isso é um ganho real para Santa Catarina, pois vai receber a segunda empresa maior do mundo nessa área, que vai atender aos países do Mercosul e outros, partindo do porto de Imbituba e recebendo também produtos importados por eles.

Tivemos um ganho real, estamos felizes, não conseguimos manter tudo o que queríamos para Tubarão, mas mantivemos no sul do estado, que vai ser o grande beneficiado.

Por isso quero agradecer ao governo do estado de Santa Catarina que abriu as portas e fez de tudo para que a indústria ficasse em nosso estado. Tenho que cumprimentar Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira que deram a sua contribuição para que Santa Catarina fosse a grande vencedora.

Eles terão um bilhão de faturamento por ano, o que será de grande importância para o município de

sua instalação, e garantimos que ficará no sul do estado.

Então hoje posso dizer que estou feliz, mas não estou completamente realizado porque gostaria que ficasse em Tubarão, não conseguimos, mas ficará no sul do estado. Com isso temos um grande compromisso e, quem sabe, entre essas outras três que vão ser instaladas, conseguiremos uma para Tubarão. E todas são grandes.

Precisamos fazer com que nossa região se desenvolva. Hoje temos o tripé do desenvolvimento, que é o porto de Imbituba, o aeroporto de Jaguaruna e a BR-101. Existe uma rodovia na qual penso o tempo todo, a Interpraias, para transformarmos o sul num potencial sem limites e aí termos turismo, empresas e maior desenvolvimento para a nossa agricultura que é forte. Vamos agora licitar o trecho que falta da BR-285, vamos ligar Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, chegando ao sul de Santa Catarina. Faltam 25km que serão licitados; vai ser concluída a parte da cidade dos cânions, da serra do Faxinal, de Canela, de Gramado, de Caxias do Sul. Temos a questão da perereca, pois a promotora deu entrada a uma ação, mas agora vamos conseguir viabilizar.

Com isso vamos transformar uma região beneficiada pelo destino. Deus nos beneficiou e estamos entre o mar e a serra. Em 40 ou 50 minutos estamos no mar ou na serra, deputado Serafim Venzon.

Então, é ganho real, e hoje podemos dizer que o sul vai ser beneficiado com a segunda maior empresa do mundo nessa área. Nós visitamos sete fábricas da Cimolai, na Itália, e podemos dizer que tudo lá é extraordinária, tudo é gigante. Quer dizer, tudo que há lá vai ser feito aqui. Eles produzem canos de aço de 2cm de espessura para serem utilizados pelas grandes empresas do petróleo, tudo com erro zero, tudo feito nos computadores. E os canos são utilizados em qualquer profundidade no mar.

Então, para terem uma ideia, daqui será embarcado para o mundo todo e também para todo o Brasil. A Petrobras está investindo e vejam quanto

será o ganho real de uma empresa dessas em Santa Catarina.

Quero dizer que o César chegou a gastar o seu dedo de tanto utilizar o telefone. Ele foi uma das pessoas que mais contribuíram com esse trabalho para que eu pudesse alcançar esse grande objetivo. E hoje posso dizer que esse é um momento histórico para Santa Catarina. Grandes empresas estão para serem instaladas aqui, mas ainda não há uma definição. E o que elas precisam? De terreno. E agora que está viabilizado, dentro talvez de 30 dias um navio estará chegando com toda a empresa para ser montada. Portanto, em breve a Cimolai estará produzindo para o Brasil e para o mundo em Santa Catarina.

Então, acho que vale a pena o trabalho e a luta, quando buscamos resultados. A população catarinense, quando elege os parlamentares, é para buscar resultados. Eu trabalho em cima de resultados para continuar tendo a confiança desse povo que deposita o seu voto nas urnas há seis mandatos, e até mais porque eu fui prefeito. E tenho que buscar respostas para a minha região, e estou trazendo uma resposta real para ela.

Ficará no sul do estado e estará contribuindo para toda a região, porque um investimento dessa natureza, com um faturamento desses, beneficiará todo o sul do estado.

Por isso, é missão cumprida. Agora é mãos à obra para instalar.

Eu quero pedir que o povo de Tubarão me perdoe, pois eu fiz de tudo, mas não pude segurar em razão do terreno. E até porque havia um problema, caro presidente, pois a escritura desse terreno somente sairia em 2028. Ninguém vai investir R\$ 300 milhões para receber a escritura em 2028. E nem sei se estaremos aqui em 2028.

Mas eu tenho um carinho muito grande pelo prefeito de Tubarão, pois ele ajudou demais e quero aqui cumprimentá-lo. Nós fizemos de tudo e não deu para ser em Tubarão, mas o sul ganhou, e eu posso dizer que, com relação a essa questão, vou estar muito tranquilo, porque não consegui manter onde eu queria, mas consegui manter no sul

do estado para que possamos fazer com que a região sul e a região serrana passem a respirar uma geração de emprego e renda e qualidade de vida do povo, que é esse o nosso grande objetivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até sete minutos. E obrigado por ter concordado com essa troca de horário. E o deputado Manoel Mota é o sul e somos pelo sul!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria de cumprimentar o deputado Manoel Mota, pois pude ver o seu entusiasmo com o resultado do seu trabalho, dos parlamentares de Santa Catarina, das lideranças catarinenses e do governo de Santa Catarina na busca de empresas para se instalarem no nosso estado - e com isso haverá rendimentos tributários para atender às necessidades dos catarinenses.

Inicialmente, quero registrar a presença do sr. Antônio Honorato, que está aqui acompanhado do sr. Márcio Costa. E ambos são lá de Laguna. Como todos os catarinenses e os srs. deputados sabem, Santa Catarina possui 293 municípios e 293 prefeitos até outubro deste ano. De lá para frente terá 295 municípios, uma vez que haverá o prefeito de Pescaria Brava, hoje um distrito de Laguna, e também o prefeito de Balneário Rincão, no sul do estado. Esses são dois municípios que já foram criados, mas como ainda não houve a eleição esses distritos permanecem vinculados à administração mãe - no caso de Pescaria Brava à Laguna. Mas a partir de outubro haverá eleição em todos os municípios, inclusive em Pescaria Brava e Balneário Rincão.

Pescaria Brava tem, hoje, aproximadamente, 15 ou 16 mil habitantes, próximo de oito ou nove mil eleitores, eu imagino. Possui 120km² e é, portanto, um município grande. Quando vemos o tamanho do município, logo o comparamos... Vejo aqui o deputado Ciro Roza, que já foi prefeito de Brusque, um município que tem 84 ou 85km². Então, Pescaria Brava terá uma vez e meio a área territorial do município de Brusque. E a sua economia está baseada na pesca, na agropecuária e no setor moveleiro. Naturalmente que, havendo a criação do município e uma administração local, haverá inúmeras iniciativas para justamente estimular essa vocação que já é natural de lá.

A BR-101 duplicada, imagino que esse corredor de toda a região sul, do extremo sul ao extremo norte de Santa Catarina, naturalmente vai virar um espaço para inúmeros investimentos industriais.

Nós, às vezes, chamamos a atenção para o fato de que Santa Catarina sofre do mal da litoralização. Tentamos investir em cada município para que as pessoas fiquem no melhor lugar do mundo, que é o lugar onde nasceram. Queremos que permaneçam lá e tenham uma boa qualidade de vida.

Apesar disso, eu seguramente acredito que, com a BR-101 duplicada, esse será um grande corredor com inúmeros investimentos, e que para lá irá ocorrer, juntamente devido aos investimentos, uma invasão de pessoas, e que queremos que tenham uma boa qualidade de vida.

Então, em Pescaria Brava, que tem 10km de BR-101 duplicada, hoje já existe uma atividade rural grande e lá poderá ser muito explorado o turismo rural e também, no bom sentido, o turismo religioso.

Na SC-437, que liga Imaruí à BR-101, passando por Pescaria Brava, haverá inúmeros investimentos na área de turismo, e tudo isso irá facilitar o desenvolvimento daquela região, além dos investimentos que, conforme disse o deputado Manoel Mota, estão trazendo para Santa Catarina.

Quero destacar também que já comentamos inúmeras vezes que certamente a reforma mais

importante que deveríamos conseguir por parte do governo federal é a reforma tributária.

Hoje, vemos a ginástica que o governador Raimundo Colombo está fazendo justamente para combater os efeitos da grande guerra fiscal que se instalou no país, por conta de uma reforma tributária que ainda não aconteceu e que ainda não foi votada. Os recursos retornam para os municípios mais ricos.

Eu ouvi o deputado Manoel Mota dizer que a região serrana e a região sul são as mais pobres. Isso depende. Na verdade, o que está havendo é a má distribuição dos tributos. Todos pagamos impostos, e pagamos o mesmo percentual. Cada um de nós gasta tudo o que recebe e praticamente 40% desse recurso que gastamos são impostos. Só que depois ele vem para o governo, mas retorna injustamente. E é esse retorno injusto que está fazendo com que algumas regiões sejam consideradas mais pobres e outras mais ricas. As regiões que são mais industrializadas acabam tendo retornos maiores. E vemos que o governador está lutando, esperneando e conseguindo bons resultados, evidentemente. E justamente onde há uma guerra fiscal temos que guerrear para não sermos sucumbidos.

Está de parabéns o governador, que conseguirá trazer, quem sabe, uma refinaria de petróleo, essa empresa grande, empresas de caminhões e inúmeros outras que virão beneficiar o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, voltamos a esta tribuna, hoje, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, para, mais uma vez, trazer aqui, como fizemos ontem, o nosso pedido todo especial aos srs.

deputados e a todos os partidos para darem apoio ao requerimento que estamos apresentando nesta Casa com a perspectiva da abertura de uma apuração profunda e séria da crise da segurança pública em Santa Catarina.

Estava há pouco acompanhando, através do telão desta Casa, pela TVAL, as campanhas contra a corrupção que está Casa apóia, deputada Luciane Carminatti. Ouvi também o discurso do deputado Kennedy Nunes, que levantou a polêmica que há entre a Polícia Militar e Polícia Civil. As audiências públicas que estão sendo realizados no meio-oeste tratam do problema da segurança pública. Tudo isso é importante e determinante para a luta no sentido de haver mais segurança pública em Santa Catarina.

Agora, o que aparece nesse momento é muito mais grave, pois é um conjunto de fatos e denúncias que vêm sendo levadas a público. E pior: a cúpula da secretaria da Segurança Pública, sabendo, como é caso da denúncia de desvio de motores, peças apreendidas pela Justiça catarinense, e que acabam num ferro velho em Joinville...

Então, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, estamos sentindo, desde o final da semana, um grande apelo da sociedade catarinense, e da própria imprensa catarinense, que tem cumprido um papel importante, no sentido de que haja um esclarecimentos sobre tudo isso.

E aí, na minha avaliação, não se pode dizer que isso é uma disputa interna. Não pode ser e eu não acredito nisso. Acreditamos, sim, numa grave intervenção política - e está tudo caminhando para essa perspectiva, e esta Casa precisa se posicionar sobre isso - novamente na Segurança Pública do nosso estado.

Há pouco tempo o deputado Joares Ponticelli estava aqui discutindo o problema da política na Segurança Pública, quando o ex-secretário Ronaldo Benedet era secretário da Segurança Pública do estado - e tanto é que se elegeu deputado federal. E, hoje, infelizmente, estamos no mesmo caminho.

Fala-se do afastamento do delegado Cláudio Monteiro do cargo, devido a diárias de um ano atrás. E o argumento é muito frágil para afastar um delegado que há poucos dias era tido como um exemplo de liderança na Segurança Pública de Santa Catarina. É isso que nos assusta e motiva-nos a dialogar neste Parlamento e pedir o apoio dos srs. deputados e das sras. deputadas para esta Casa ter uma condição de apuração.

Não queremos, de forma alguma, sr. presidente, transformar esse debate numa questão de Situação ou Oposição. Se entrarmos nessa lógica, a Segurança Pública de Santa Catarina estará perdida e o cidadão catarinense, que já aponta como um dos principais problemas seus e de sua família a questão da segurança pública...

Então, não podemos transformar isso num debate de Situação ou Oposição. Pelo contrário, esta Casa tem uma responsabilidade constitucional de ajudar, proteger, intervir, se for necessário, e acompanhar as questões que dizem respeito à segurança.

Sr. presidente e público que nos acompanha, o debate sobre bloqueadores de celulares nos presídios, a campanha contra a corrupção, tudo isso é importante. Agora, no momento em que identificarmos problemas, no momento em que os delegados identificarem a corrupção... E quando chega perto da cúpula manda-se parar, e aí não tem jeito! Lembrem que no Brasil era assim durante décadas, e hoje o trabalho de autonomia da Polícia Federal está dando um exemplo para o mundo em apuração. E seja quem for, senador, deputado, se estiver cometendo irregularidades e irresponsabilidades, tem que ser apurado! E mesmo que seja da cúpula da Segurança Pública, tem que apurado!

Portanto, é isso que estamos propondo através do requerimento que estamos, a partir de hoje, deixando à disposição de todos os srs. parlamentares que quiserem apoiar essa iniciativa de ajudar a resolver essa grave crise pela qual passa a Segurança Pública em Santa Catarina.

Srs. deputados, o que aconteceu nesses dias pelo estado afora foram explosões de caixas eletrônicos de bancos, morte de lideranças, como o caso do vereador de Chapecó, sem solução, que estamos cobrando, fatos como o assassinato do casal esta noite na sua própria casa. Por quê? Quando há impunidade, quando acontece a crise na segurança, o cidadão, a sociedade acaba pagando essa conta. E quanto mais liberdade os bandidos tiverem mais insegurança, mais mortes, mais crimes vamos ter pelo estado afora.

Então, é isso, sr. presidente, srs. deputados e sras. Deputadas, que estamos apresentando a partir de hoje para que de fato isso possa ser passado a limpo. Agora há pouco recebi informações de que estão exigindo que os nossos delegados fiquem quietos, deputado Romildo Titon, que não falem mais nada sobre essas questões polêmicas e essa crise instalada. Isso não é possível! Nós temos, com certeza, um país democrático, um país livre, onde as pessoas podem falar sobre seus pensamentos, colocar suas posições e poder contribuir com a democratização e com o desenvolvimento do nosso país e do nosso estado.

Então, é isso, sr. presidente que gostaria de apresentar nesta Casa hoje, mais uma vez fazendo esse pedido a todos os srs. Parlamentares que quiserem contribuir com a solução dessa crise, que quiserem acompanhar tudo o que está acontecendo de perto, pois esta Casa tem um mecanismo jurídico, um mecanismo constitucional, deputado Neodi Saretta, de fazer a apuração desses fatos tão graves que estão colocados no nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, me nome de

v.exa. quero cumprimentar todos os srs. deputados e deputadas.

Gostaria de registrar a presença dos vereadores José Francisco Possamai, Agenor Colares Gomes, José Paulo Custódio, da Câmara de Vereadores de Sombrio, que aqui se encontram tratando de assuntos relativos àquela cidade. Quero cumprimentar também o nosso colega e amigo engenheiro agrônomo René Alberto Ozório, companheiro da extensão rural de São João do Sul, onde iniciamos nossas atividades.

Quero aproveitar o horário do nosso partido para cumprimentar mais uma vez o deputado Reno Caramori e dizer da alegria da nossa bancada em termos participado na noite de ontem da entrega da concessão de título de cidadão catarinense a um deputado de seis mandatos do Partido Progressista, o deputado Reno Caramori, que está nesta Casa desde 1991 prestando um serviço relevante e importante para o desenvolvimento de Santa Catarina, aqui representando a população da sua região, mas também do nosso estado.

(Passa a ler.)

"Na justificativa da homenagem a bancada do PP destacou o entrosamento do Parlamentar com a realidade catarinense 'sem perder suas raízes', de gaúcho lá de Getúlio Vargas, observando que ele sintetiza o que há de melhor nos dois estados vizinhos: o caráter firme, ético, o trabalho atuante, o desprendimento e a dedicação às mais elevadas causas que venham em benefício dos interesses maiores da coletividade."

O seu trabalho aqui é exemplo para todos nós e para este deputado que está no seu primeiro mandato. S.Exa. é referência em termos de trabalho, dedicação, comprometimento com a causa do Legislativo catarinense, do povo de Santa Catarina.

Por isso, quero que receba aqui os nossos cumprimentos, a nossa homenagem, o nosso respeito pelo trabalho de v.exa. E a nossa satisfação de como progressista que somos de termos sido atendidos pelos demais colegas deputados com a aprovação do seu nome para receber na noite de

ontem o título de Cidadão Catarinense é muito grande. V.Exa., que tanto se dedicou a este estado, agora está oficializado como catarinense, com isso sua responsabilidade aumenta ainda mais para com o povo.

Parabéns, deputado Reno Caramori, parabéns à sua família, principalmente à sua mãe que estava aqui ontem, com 90 e poucos anos, participando e emocionando-se deste momento alto do Parlamento catarinense.

Por isso, parabéns em nome também dos nossos colegas deputados do Partido Progressista e de todos os deputados desta Casa, pois aqui v.exa. construiu uma família com todos os 40 deputados.

Gostaria também de ressaltar nesta oportunidade a nossa homenagem à Estação Experimental de Lages, deputado Reno Caramori, que completou no último dia 03 100 anos de existência.

Foi fundada em 1912 e presta para Santa Catarina um trabalho relevante na área do melhoramento genético dos animais. Foi na época pelo Ministério da Agricultura, depois passou pela Embrapa, um campo experimental testando e aclimatando reprodutores bovinos que eram importados para melhorar a raça crioula do campo de Lages, porque ali tinha muitas pastagens, mas a genética era muito baixa. E a estação experimental de Lages já desde 1912 presta um serviço importantíssimo para a pecuária de Santa Catarina. E agora no último dia 03 essa estação completou 100 anos. Estivemos lá junto com os funcionários e técnicos pesquisadores participando desse evento.

Nesta semana, na sexta-feira, o ministro da Agricultura estará em Lages, juntamente com o governador Raimundo Colombo, também em comemoração ao centenário da Estação Experimental de Lages, mostrando a importância dessa estação para o desenvolvimento da pecuária.

É uma estação, deputado Elizeu Mattos, que é lageano, que vem trabalhando, além de cruzamentos, também o melhoramento genético de pastagem do campo nativo. E essa evolução tem permitido que o nosso rebanho bovino tenha mais de quatro milhões de cabeças, pois até bem pouco tempo naquela

região apenas um animal por hectare poderia sobreviver durante o ano. Agora, graças à pesquisa da Estação Experimental de Lages, podemos colocar três cabeças por hectare, aumentando aí o rebanho catarinense, aumentando a economia dos nossos pecuaristas. O melhoramento genético das pastagens também é uma grande referência da estação experimental da sua cidade.

Por isso, queremos aqui como parlamentar parabenizar todos os funcionários e diretores daquela importante estação experimental que tem tanto contribuído para o desenvolvimento da pecuária, para o crescimento da economia do estado de Santa Catarina, principalmente na questão da pecuária.

Por isso, queremos aqui parabenizar o compromisso, a vocação destas pessoas que compõem a estação experimental de Lages bem como a direção da Epagri de Santa Catarina, que se preocupa não apenas em pesquisar novas tecnologias e inovações, mas acima de tudo propagar, levar a tecnologia porteira adentro das fazendas de Lages melhorando a produção e a produtividade dos nossos rebanhos bovinos de Santa Catarina que hoje é referência nessa área, e devemos muito à pesquisa agropecuária realizada nessa estação.

Por isso, os nossos parabéns à Estação Experimental de Lages, neste momento que completa 100 anos de existência.

A todos o nosso muito obrigado, sr. presidente, pela oportunidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 0376/2012.

Vamos deixar para o final da sessão para falarmos dos vetos.

Consulto os srs. líderes se podemos votar em turno único, extrapauta, o Projeto de Lei n. 0322/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que acrescenta o Capítulo VI no Título V da Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do

Meio Ambiente e estabelece outras providências (Da proteção de poluição visual).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Há concordância dos srs. líderes?

(As lideranças aquiescem.)

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade em turno único.

Da mesma forma o Projeto de Lei n. 0420/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização em todo o território catarinense de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação estadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda aditiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0144/2012 e 0145/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0146/2012, de autoria do deputado Dirceu Drech; 0147/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0148/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; e 0149/2012 e 0150/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0344/2012, de autoria da deputada Luciane

Carminatti; 0345/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0346/2012 e 0347/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0348/2012, de autoria do deputado Edison Andrino; 0349/2012 e 0350/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0353/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; e 0354/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 0351/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao prefeito de Florianópolis, pedindo a desapropriação de área de terra localizada na Barra do Sambaqui, destinada à construção de área de lazer.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0352/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao prefeito de Florianópolis, pedindo a liberação de recursos financeiros destinados à construção da sede do Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0013/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada à presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Rio do Sul, manifestando apoio e solidariedade pelo lamentável episódio de agressão física sofrida no último dia 4 de abril.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0014/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada aos presidentes da República, do Senado e da Câmara Federal, solicitando que por intermédio do devido processo legislativo seja reformulado o modelo eletivo, a fim de que no próximo ano os mandatos de presidente, senador, deputado federal e estadual, prefeito e Vereador sejam prorrogados ou limitados até o ano de 2016, visando à coincidência de mandatos, todos de cinco anos, sem reeleição para o Executivo.

Essa matéria está retirada da pauta pela ausência do autor e complexidade do conteúdo.

Moção n. 0015/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado, da Câmara de Deputados, ao ministro da Justiça, ao advogado-geral da União e ao procurador-geral da República, apelando pelo parecer favorável ao cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA no caso Araguaia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0021/2012, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes ao estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para implantar o modelo de transporte coletivo metrô de superfície em Florianópolis e região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0022/2012, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes ao estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para implantar o transporte marítimo no município de Florianópolis e região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0023/2012, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes ao estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para construção da quarta ponte ligando a ilha de Florianópolis à região continental.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0024/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações referentes às licitações que determinaram as reformas das Escolas São Francisco Eberhardt e Professora Maria Amin Ghanem, no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos deliberar os vetos que não constituem matérias complexas, de autoria legislativa, que temos deixado de lado, mas em função do calendário que se está tornando exíguo precisamos deliberar.

Discussão e votação em turno único de Mensagem n. 0376/2011, de origem governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0453/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de provadores para pessoas com deficiência e adota outras providências.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, não acompanhei o seu encaminhamento, mas a deputada Ana Paula não está aqui, teria a possibilidade de retirar esse veto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Há concordância dos srs. líderes?

(Os líderes concordam.)

Está retirado da pauta de hoje e inserido na pauta da sessão da próxima terça-feira, deputado Dirceu Dresch, onde será votado de qualquer maneira, para que possamos avançar com a pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0465/2012, de origem governamental, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0428/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Catarinense da Educação Ambiental.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, apenas queria pedir aos nobres pares que acatem o veto parcial, porque está de acordo com este parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A votação será secreta.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, aqueles que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação no painel eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está mantido o veto n. 0465.

Discussão e votação em turno único de Mensagem n. 0475/2012, de origem governamental, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0345/2012, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que autoriza a abertura de ginásios de esportes anexos às escolas estaduais para o uso da comunidade, fora do horário letivo, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sr. deputado Elizeu Mattos, se v.exa. me permitir, essa é uma matéria que merece a atenção dos srs. deputados, porque é um problema no estado; eu sinceramente não entendo por que o governo vetou esse projeto.

Penso ser absolutamente pertinente e auxilia muitas APPs nas escolas no seu dia a dia. Faço essa observação.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, essa questão desse veto regulamenta uma situação das escolas, porque não adianta somente utilizar e não ter uma regulamentação; é chover no molhado. Eu discuti muito a questão desse veto, inclusive, hoje trazemos a própria APP para dentro da escola, pois está afastada.

Essa questão da violência nas escolas é pelo afastamento da comunidade. E com a aprovação desse projeto estamos tentando trazer a comunidade para dentro da escola. O que não podemos, sr. presidente, é ver um ginásio, um elefante branco fechado no final de semana e alguém na frente do local se drogando, fumando *crack*.

Discuti muito essa questão do veto, não sei se retiramos, com a secretaria da Educação, porque se ela não regulamentar, desculpem-me, mas não vou encaminhar para a derrubada do veto. Precisamos manter isso que a comunidade e toda a sociedade está esperando, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Elizeu Mattos, a minha posição pessoal, como deputado, evidentemente não como presidente, é favorável ao projeto de v.exa. O meu voto será pela derrubada do veto. Agora, temos um quórum reduzido. Se houver um entendimento dos srs. líderes para que seja votado no sentido de derrubarmos o veto, votamos hoje ou retiramos e votamos num outro dia para que possamos ver essa matéria estabelecida.

Acho esse encaminhamento um equívoco do governo, e nós temos toda condição, toda legitimidade para tratar de forma diferente. Não há nenhum problema. Agora, v.exa. é o autor da matéria.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pode ser terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Pode ser terça-feira.

Consulto os srs. líderes se há concordância.

(As lideranças aquiescem.)

Portanto, srs. líderes, vamos votar a matéria na próxima terça-feira.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0477/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0367/11, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de drogas em shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e nos respectivos ingressos.

O Deputado Nilson Gonçalves está representando a Casa num evento em Joinville, mas pediu que retirássemos a mensagem. Acho que é pertinente e justo que façamos isso.

Consulto os srs. líderes se há concordância.

(As lideranças aquiescem.)

Está retirada da pauta a Mensagem n. 0477/2012 e será também votada na próxima terça-feira.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0478/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0299/09, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que torna obrigatória a disponibilidade de fio ou fita dental nos banheiros dos estabelecimentos comerciais onde haja consumo de alimentos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Apesar de estar já em processo de votação, queria pedir a compreensão dos nobres pares pois, igualmente ao outro projeto, não consigo entender por que o governo veta um projeto de certa maneira simples, que não significa nenhuma despesa para o governo, apenas atende melhor à sociedade. Nos restaurantes

apenas há palito de dente, que na verdade é uma alavanca extremamente prejudicial aos dentes. E aqui temos o veto à disponibilização do fio dental nos banheiros dos estabelecimentos comerciais, ou seja, estamos dizendo não à colocação do fio dental nos restaurantes? É isso?

Eu peço aos nobres pares pela derrubada deste veto. O meu voto é "não", para que seja obrigatória, sim, a disponibilização do fio dental nos banheiros de todos os restaurantes, além do palito sobre a mesa. Então, que tenham o fio dental dentro do banheiro, como diz o projeto do ex-deputado Dagomar Carneiro.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não sou líder, mas acompanhei a questão desse veto. A matéria é inconstitucional, ou seja, teria que ser de origem governamental e não de origem parlamentar. Por isso, houve o veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação. Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou

DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos dez votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0479/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0258/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui a Semana Estadual de Valorização dos Profissionais da Educação.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti, autora do projeto que teve o veto apensado.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, gostaria de indagar sobre a possibilidade de votação desta matéria na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Consultamos os srs. líderes se podemos deixar a apreciação da matéria para a próxima terça-feira.

(Os líderes aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, a matéria está retirada da pauta e será apreciada na terça-feira.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0535/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0440/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que institui o Dia Estadual da Liberdade de Imprensa.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou

DEPUTADO DIETER JANSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 13 votos "sim", nove votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0536/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0561/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que institui o Dia Estadual em Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	

DEPUTADO SERAFIM VENZON votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK
DEPUTADO VALMIR COMIN
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 14 votos "sim", nove votos "não".

Está mantido o veto.

A Mensagem n. 0537/2012, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0443/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que está retirada da pauta por solicitação do autor.

Discussão e votação da Mensagem n. 0538/2012, que dispõe sobre veto total ao PL/0346-/11, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que cria o Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Histórico de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI
DEPUTADA ANA PAULA LIMA
DEPUTADA ANGELA ALBINO
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
DEPUTADO CARLOS CHIODINI
DEPUTADO CIRO ROZA votou
DEPUTADO DADO CHEREM votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS votou
DEPUTADO DIETER JANSEN votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI
DEPUTADO DIRCEU DRESCH votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO ELIZEU MATTOS votou
DEPUTADO GELSON MERISIO votou
DEPUTADO GILMAR KNAESEL
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS
DEPUTADO JAILSON LIMA votou
DEPUTADO JEAN KUHLMANN votou

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	votou
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	votou
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 15 votos "sim" e oito votos "não".

Está mantido o veto.

A Mensagem n. 0539/2012, que na prática trata da questão das regiões metropolitanas, e há interesse direto do deputado Maurício Eskudlark. Não há nenhuma condição imprescindível, mas por ele não estar presente, se os demais deputados concordarem, votaremos na próxima sessão, terça-feira.

(Os deputados aquiescem.)

Está retirada da pauta a Mensagem n. 0539/2012.

Discussão e votação da Mensagem n. 0445/201, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0525/2011, de origem governamental, que altera a Lei n. 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

É um veto a um projeto do governo, deputado Elizeu Mattos?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Foi vetada apenas a emenda que foi feita nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A emenda foi vetada, e a ementa que está aqui sendo lida está errada. Deveria dizer que o veto trata da emenda ao projeto de lei, não do projeto.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - O veto é parcial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Exatamente, por isso deveria constar na ementa que o veto é parcial, vetando a emenda apresentada ao projeto do governo, porque senão dá a impressão de que é um veto do governo a um projeto do governo. É um veto do governo a uma emenda parlamentar.

Estamos falando a mesma coisa, a redação é que está equivocada. O equívoco é nosso. Está resolvido.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, uma taxa foi criada. Mas foi comprovada que ela já existia no projeto original do governo. Por isso, foi vetada essa taxa e até aquela emenda de autoria do deputado Manoel Mota. Depois fomos convencidos de que aquela emenda, aquela taxa criada já existia dentro do projeto original. Essa é a razão do veto.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Manoel Mota, quero apenas dizer que já foi feita a votação. Não há como mudar o voto agora.

V.Exa. quer encaminhar da mesma forma?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu não sabia que era o projeto. Eu não acompanhei e tal, mas isso não penaliza em nada o governo. Era a questão de criar um instrumento.

Eu gostaria que houvesse uma reconsideração, porque esses votos não foram apurados, e que pudéssemos discutir na terça-feira.

Peço essa consideração, já que fomos pegos de surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Manoel Mota, nós já estamos com a votação feita. Mas se houver a concordância unânime de todos os deputados que votaram, não há dificuldade. Agora, uma vez que...

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Intervindo) - Sr. presidente, nós estamos aqui, hoje, trabalhando para a retirada de alguns vetos. Então, concordamos com o deputado Manoel Mota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Consulto se os srs. líderes concordam.

(As lideranças aquiescem.)

Há concordância. Então, está anulada a votação em curso. A matéria é retirada de pauta, com a recomendação expressa de que na próxima sessão tenhamos a identificação da emenda, exatamente para que não aconteça o mesmo equívoco.

As demais mensagens de veto serão reportadas para terça-feira: n.s 0446/2012 e 0493/2012.

Anular uma votação não está previsto em lugar nenhum, mas como a Casa é feita da maioria e o que prevalece é a vontade do parlamentar, assim, em homenagem ao deputado Manoel Mota, o nosso Regimento foi excepcionalizado - apenas para ratificar.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Jean Kuhlmann, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, sras. parlamentares e srs. parlamentares, quero cumprimentar as pessoas que estão presentes nesta sessão e que nos acompanham em suas residências pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria, nesta tarde, primeiramente, de agradecer aos srs. parlamentares, pois tivemos dois projetos de lei aprovados nesta Casa. E fico muito feliz por sempre ter o apoio de v.exas.

Eu quero aproveitar a oportunidade para estender um convite feito a todos os deputados

estaduais, às nossas deputadas, à comunidade que nos acompanha, porque amanhã estaremos, na condição de presidente do Fórum Permanente de Prevenção de Desastres Naturais, fazendo uma audiência pública no município de Blumenau. Iremos discutir o projeto apresentado pelo governador Raimundo Colombo, em todo o vale do Itajaí.

Foi apresentado tanto no município de Itajaí como nos municípios de Blumenau e de Rio do Sul o projeto "plano diretor estadual de prevenção de cheias no vale do Itajaí".

O governador Raimundo Colombo esteve recentemente fazendo um roteiro nesses municípios, onde apresentou de forma abreviada esse projeto que envolve várias obras estruturais no vale do Itajaí. Por exemplo, deputado Ciro Roza, na região de Brusque, em Guabiruba, será criada uma nova barragem para amenizar os efeitos das chuvas na região da foz do Itajaí-Mirim, obras também que envolvem a modernização de um sistema de telemetria em todo o vale do Itajaí, a aquisição de um radar meteorológico, a ampliação da capacidade de armazenamento nas barragens de Taió e Ituporanga; são várias obras no sentido de amenizar a questão das enchentes.

Estaremos, na próxima quinta-feira, dia 12 de abril, ou seja, amanhã, às 19h, na Câmara de Vereadores de Blumenau, juntamente com os demais deputados estaduais, participando de uma audiência pública com o secretário Geraldo Althoff, com a equipe técnica da secretaria da Defesa Civil, para discutir os detalhes técnicos desse projeto.

O intuito dessa audiência pública é esclarecer, primeiramente para a comunidade como vai funcionar a implantação desse projeto, todos os detalhes dele, desde a primeira etapa, que envolve R\$ 512 milhões, até a segunda e terceira etapa, que num total pode chegar a envolver R\$ 1,5 bilhão, recursos do governo do estado, recursos do governo federal, um projeto muito importante para todo o vale do Itajaí, um projeto de fundamental importância para toda a comunidade que com certeza sofre sempre quando acontece uma enchente.

Então, esse projeto tem um papel fundamental. É por isso que o secretário Geraldo Althoff estará amanhã na audiência, para que explique detalhadamente cada obra que envolve esse projeto e, principalmente, que a comunidade do vale do Itajaí, de Blumenau e região possam tirar suas dúvidas, fazer seus questionamentos. E quem sabe naquela audiência pública possamos buscar encaminhamento com a comunidade, com as entidades organizadas da região do vale do Itajaí, para que possamos fazer um acompanhamento duradouro e permanente.

V.Exas. podem até achar estranho o que vou dizer nesta tribuna, mas este é um projeto que vai levar mais de dez, 20 anos para ser executado; é um projeto de uma magnitude muito grande que envolve muitos recursos, muitos investimentos, muita burocracia; é um projeto que não vai durar apenas um governo.

Assim sendo, entendo, particularmente, que esse projeto não pode, em hipótese alguma, ficar dependendo da classe política; não pode ficar dependendo apenas de um governador ou de deputados estaduais. Esse projeto tem que ser da sociedade, tem que envolver toda a comunidade do vale do Itajaí, e para isso temos que criar um mecanismo de cobrança permanente, um mecanismo em que as entidades organizadas vão fazer a fiscalização da implantação do projeto, a cobrança da liberação dos recursos, sejam recursos do governo do estado ou recursos do governo federal. Não importa de onde vem o recurso, porque no fundo todo recurso sai do bolso dos contribuintes, todo recurso sai do bolso do povo que é atingido pela enchente.

Então, entendemos que tem que haver uma comissão formada pela comunidade, pelas entidades organizadas. Tem que existir uma forma, um grupo de trabalho que vá fazer a cobrança desse projeto, independentemente de quem é o governante e de que partido está filiado. Pode mudar o governador, pode mudar todos os 40 deputados, o que não pode mudar é a prioridade da região. E se existe, srs. parlamentares, duas prioridades importantes no vale do Itajaí, entendo que a primeira é a

duplicação da BR-470 e a segunda, sem dúvida alguma, é um sistema eficiente de proteção e prevenção aos efeitos das enchentes e demais desastres naturais.

Não podemos mais ficar à mercê desses problemas. E entendo que temos que ter um processo permanente, independentemente da classe política. E é esse o trabalho que queremos fazer amanhã na audiência pública, através da explicação do secretário Geraldo Althoff, através da presença dos técnicos da Defesa Civil, através da presença da comunidade.

Criaremos um sistema que seja independente da questão política, que seja independente das brigas partidárias, porque, como disse o governador Raimundo Colombo, nenhuma briga política, nenhuma briga de detentores de mandato, de partidos políticos, constrói escolas, postos de saúde ou resolve o problema por danos causados pelas enchentes.

Então, é através desse sistema, da criação, quem sabe, de um sistema formado pelas entidades, de um grupo de trabalho organizado pela sociedade, que não tenha nada a ver com política partidária... E poderíamos, de forma permanente, fazer a cobrança aos próximos governadores e aos próximos deputados para que esse sistema não acabe morrendo no papel.

Não podemos permitir que o sistema de proteção de cheias do vale do Itajaí fique no papel, fique apenas numa promessa, isso tem que sair do papel e virar realidade. As pessoas têm que ser sensibilizadas nesse sentido, como o governador Raimundo Colombo, os próximos governantes, a presidente Dilma Rousseff, os próximos presidentes. Todos têm que entender que essa não é uma prioridade de uma classe política, mas sim de uma comunidade, de um sistema, de um plano diretor eficiente de prevenção de enchentes para o vale do Itajaí. É algo importante para toda a comunidade e não apenas para a classe política.

Por isso, essa audiência pública será muito importante, e quero aqui novamente convidar todos para participarem, na quinta-feira, dia 12 de

abril, dessa audiência que irá, com certeza, traçar o rumo da forma de cobrança efetiva desse projeto que é tão importante para todos nós.

Assim sendo, gostaria de contar com o apoio, com a presença de todos os parlamentares, principalmente da comunidade organizada, dos profissionais liberais, dos engenheiros, das entidades organizadas, para que possamos discutir tecnicamente a forma como será feita, as dúvidas existentes e de que forma a comunidade poderá colaborar dando sugestões, como também cobrando, para que esse projeto não fique na promessa e realmente saia do papel.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, primeiramente quero agradecer aos colegas deputados pelas palavras elogiosas que recebi ontem e hoje. Isso, com certeza, deputado Kennedy Nunes, somente me traz mais vontade de trabalhar pelos catarinenses.

Pela manhã o deputado Dieter Janssen me emocionou, inclusive, mas retribuí dizendo-lhe da grande responsabilidade que tem com a sociedade de seu município, num pleito muito importante deste ano, pois todos sabem, e não há necessidade de externarmos aqui, da grande responsabilidade com que s.exa. está encarando aquela missão.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, tenho, ao longo da semana passada, e também desta, assistido ao noticiário e lido os jornais. Por isso guardei um recorte do jornal, do dia 5 de abril, da coluna da Estela Benetti, que traduz a realidade do nosso país, a preocupação dos nossos empresários.

(Passa a ler.)

"Agronegócio quer incentivo do INSS

O pacote de incentivo à indústria, lançado terça-feira pela presidente Dilma Rousseff e o ministro Guido Mantega, gerou uma série de insatisfações nos setores que não foram atendidos,

especialmente as agroindústrias, o comércio e as pequenas empresas. Entidades que representam o setor de carnes, como a União Brasileira de Avicultura (Ubabef) e a Associação Brasileira dos Produtores de Suínos (Abipecs), pretendem ir a Brasília, na próxima semana, para pressionar o governo.

Em função dessa reação, o ministro Fernando Pimentel disse ontem que até 2014 todos os setores terão desoneração da folha e que a decisão de terça não resultou de *lobbies* setoriais". Bem pelo contrário, sabemos quanto a indústria branca tem feito *lobby* em cima do governo. "Infelizmente, o governo não enxerga o agronegócio, que salva o crescimento do PIB, a balança comercial. O setor de alimentos foi esquecido de novo. Ninguém gostou dessa brincadeira. O povo não vai comer geladeira e máquina de lavar - lamentou Mário Lanznaster, presidente da Coopercentral Aurora e vice-presidente da Fiesc para o segmento de alimentos.

Segundo ele, o setor, que é grande empregador, também quer a desoneração de 20% do INSS na folha salarial. A Aurora oferece 15 mil empregos diretos e a BRF-Brasil Foods, que é uma das maiores empregadoras do Brasil, conta com 120 mil trabalhadores. Conforme Lanznaster, as agroindústrias estão pagando caro o milho e a soja em função da seca e têm dificuldades para exportar com o dólar baixo. Para ele, falta *lobby* em Brasília. A bancada ruralista 'estava de férias' e o governo só olha o lado do consumidor." [sic]

Srs. catarinenses, preocupa-nos muito esse problema. Eu, já na primeira campanha da isenção dos impostos da linha branca, alertei desta tribuna de que não estávamos olhando para quem produz alimentos. Quem é que não come? Qual é o ser vivo que não come, que não precisa de alimentação? E o homem, que é o mais exigente, que sabe o que quer, hoje está enfrentando uma situação, talvez, a pior dos últimos anos.

Temos o problema das enchentes em alguns estados do país, o problema da estiagem em Santa Catarina, o problema das exportações que foram canceladas por países que costumeiramente

compravam carne suína, principalmente de Santa Catarina, e estamos enfrentando uma situação muito difícil.

O setor cooperativista, graças a Deus, funciona em Santa Catarina como um exemplo para o Brasil. Tenho conversado muito com o sr. Mário Lanznaster, da Aurora, com o sr. Marcos Jordan, da Ocesc, com o sr. Luiz Vicente Susin, da Fegoagro, os quais congregam as grandes cooperativas, como também as médias e as pequenas, em Santa Catarina, que manifestaram uma grande preocupação com o nosso produtor de alimento.

Talvez quem vai ao supermercado e serve-se na gôndola não tem a menor ideia, grande parcela da sociedade, de quanto custa para produzir aquele alimento que ele vai se servir no supermercado, deputado Dieter Janssen. Ele não sabe quanto é que custa para produzir um quilo do feijão, um quilo de açúcar, um quilo de arroz, um quilo de fubá e assim por diante. E a carne? Está todo mundo comendo carne. E isso está acontecendo por conta do agronegócio, por conta do colono, do produtor do interior que se está descapitalizando a cada dia que passa para poder colocar o seu produto na prateleira e vê-lo ser consumido.

Então, está muito difícil! E faço aqui também um alerta à classe ruralista no Congresso Nacional, no sentido de que tenha uma agressão bem maior quando se tratar desse assunto. Parece que estão levando tudo por meio de compadre, pois todo mundo faz parte de apoio ao governo. Tudo bem! Vamos apoiar, mas vamos exigir o que é de direito!

Nós temos o dever e a obrigação, srs. deputados, de alertar. E esquecem-se do agronegócio, do alimento e mais uma vez oferecem para a linha branca a geladeira, a máquina de lavar roupa. Todo mundo diz que vai trocar a sua geladeira porque já está velha, que há uma promoção e que vai trocá-la por uma nova. Mas de repente vai faltar comida para colocar naquela geladeira. Essa é a grande preocupação do catarinense e do brasileiro. Somos o celeiro do mundo, o segundo maior produtor de grãos.

Eu assistia a uma reportagem há poucos dias, nos Estados Unidos, e vi que o agricultor é subsidiado, produz soja em grande quantidade e recebe do governo uma grande parcela para produzir equipamento de alta tecnologia, equipamento que somente não anda sozinho. É tecnologia de primeiro mundo, mas é necessário um técnico para operar aquela máquina porque ela é toda computadorizada na colheita, no plantio, no tratamento. Por quê? É porque, isso é óbvio, o preço é justo, é subsidiado pelo governo, mas agora o governo está ameaçando de cortar parte do subsídio americano. Está uma guerra total dos produtores que estão ameaçando parar de produzir grãos, se o governo cortar o subsídio.

Então, o Brasil que produz tem que acordar para quem realmente está produzindo alimento. O governo tem essa grande responsabilidade. Não é paternalismo, não, é dar condições para que o homem do campo continue produzindo bem e melhor, mas o colono tem que botar dinheiro no bolso. Se ele não botar dinheiro no bolso não ficará mais na agricultura quebrando a cara. Ele vai procurar um salário mínimo, morar na periferia da cidade, como tem ocorrido com o êxodo rural, por conta de tudo isso. Não que o colono não queira mais trabalhar na roça, ele quer, sim, mas tem que colocar dinheiro no bolso, senão não produzirá mais alimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Eu gostaria de pedir ao deputado Reno Caramori que assuma à Presidência, para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, resolvi fazer um exercício na tribuna hoje em razão da matéria que saiu no *Diário Catarinense*:

(Passa a ler.)

"Parabéns a você

Tribunal de Contas do Estado cria folga para seus servidores no dia de aniversário.

Portaria do dia 4 de abril permite, oficialmente, que os 475 funcionários da instituição fiquem sem desconto.”

Vocês imaginam um país emergente como o nosso, um país que necessita de trabalho, de desenvolvimento para inclusão, se fôssemos abrir esse cenário em todo o país, o que ocorreria?

É lógico que algumas prefeituras fazem isso, eu sei, e outros órgãos também. Mas aqui diz que o funcionário não precisa tirar a folga no dia do seu aniversário, ele somente comunica e tira o dia que quer. Simplesmente não vai trabalhar.

Sabemos que no Tribunal de Contas o trabalho é muito extenuante, é perigoso, é cansativo. Estou fazendo esse exercício porque o rapaz que escreve diz que o custo foi estimado por ano, considerando a média salarial dos servidores, considerando-se as faltas que esses servidores farão no Tribunal de Contas, uma média de R\$ 71 mil, porque são R\$ 150,00 a média de pagamento/dia dos servidores.

Primeiramente, esse cara mente quando diz isso. No mínimo ele tem que ser transparente com o povo catarinense, porque aqui não engloba os encargos sociais, o 13º salário e os adicionais pagos de final de ano de bonificação.

Estou aqui fazendo uma análise sobre a capacidade e a produção do país. E não quero dizer que são todos iguais. Aqui na Assembleia também temos mais da metade dos servidores que são excelentes profissionais. Mas estou fazendo esse registro, primeiro, porque discordo desse tipo de paternalismo e, segundo, porque são seis horas de trabalho, e seria concebível isso num ambiente de trabalho insalubre, com uma carga de trabalho extenuante e estressante, onde há necessidade de uma recuperação da condição física e psicológica.

Então, fica aqui o meu registro que, como cidadão catarinense, discordo dessa benesse criada no Tribunal de Contas, porque se fôssemos adotar isso no estado de Santa Catarina, que tem mais 100 mil servidores... Se colocássemos para 100 mil

servidores, deputado Reno Caramori, dariam 100 mil dias, e quem paga isso é o povo catarinense!

Além disso, sabemos que eles estão fazendo uma cópia, e que não é uma cópia nacional, porque em nível federal o que acontece é o seguinte: todos os servidores terão direito a um dia de folga - e isso foi a partir de 1990 - quando fazem uma doação de sangue, que é um ato de solidariedade. E o indivíduo tem que ir em jejum para o hospital ou para o banco de sangue e depois tem que ficar lá um período para se recuperar e alimentar-se. E normalmente há a questão dos atendimentos no banco de sangue. Os servidores federais podem tirar dois dias de folga quando o cidadão vai se alistar no Exército. Podem tirar oito dias consecutivos em razão de casamento, falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela de irmãos.

Agora, imaginem se isso fosse acontecer no Brasil, com mais de três milhões de servidores, o quanto este país não deixaria de produzir em situações que temos dar uma resposta à sociedade catarinense e brasileira! E não adianta reclamar muito, porque isso também ocorre aqui na Assembleia, com o que pessoalmente discordo. Uma resolução de 1987 também concede um dia de folga no dia de aniversário, com uma pequena diferença: que o servidor antecipadamente avise ao seu chefe, tire a licença e não fique em aberto, como acontece no Tribunal de Contas: "Fiz aniversário vou tirar folga na hora em que eu quiser".

Então, acho que o estado brasileiro tem que reduzir esse paternalismo, porque esses custos são bancados pela sociedade brasileira. Eu advogaria que aqui houvesse um dia de folga no aniversário, se também houvesse atividades extenuantes e de risco.

Assim, o Tribunal de Contas nada mais fez do que aprimorar a lei, porque a pessoa já sabe que terá um dia de folga no ano. Imaginem se todo policial militar resolvesse, quando tivesse um problema, tirar um dia de folga neste estado! Ou se todo professor, e são mais de 60 mil,

resolvesse deixar de dar aula, quantas aulas deixariam de ser dadas!

Espero que não haja uma lei dessas para o estado, porque serei frontalmente contrário, assim como deixo aqui o meu registro de que sou contrário a essa concessão que foi feita no Tribunal de Contas, porque se for feita essa banalidade em todos os Tribunais de Justiça deste Brasil, muitos processos deixarão de ser julgados.

Faço esse exercício nesse momento porque vários catarinenses ligaram-me e "twittaram" perguntando por que essa folga no dia de aniversário? Por que na iniciativa privada não há isso? Porque eu acho que no Brasil há feriado demais! Este país começa a ser produtivo somente depois do Carnaval, essa é a realidade. E temos que tratar os recursos públicos com mais seriedade.

Acho que cabe justificativa de falta ao trabalho em momentos de doença e de necessidade, quanto a isso não vejo o menor problema e sou solidário. Agora, no dia de aniversário, o melhor presente seria o trabalho, para mostrar que estamos dignificando o salário que recebemos como servidores públicos. Eu, como deputado nesta Casa, mesmo não sendo efetivo, sou um representante do povo catarinense. E temos que dignificar o salário que recebemos pelos votos que a população nos contemplou no período eleitoral.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, tenho ouvido, neste ano, muitas manifestações desta Casa que expressam a preocupação da sociedade catarinense com a criminalidade, o crescimento do consumo de drogas, o mercado de armas, o comércio de drogas e o envolvimento de menores nessa máquina que não se

consegue controlar. E parece que todo mundo trabalha contra o consumo de drogas - as famílias estão sempre preocupadas. Há uma grande movimentação da sociedade, parece que existe uma porção de gente tentando ajudar, e não se acerta exatamente como se faz para de fato ser eficiente no combate às drogas, principalmente no envolvimento de menores.

Também temos que admitir aqui que a criança tem capacidade de aprender tudo o que ensinamos. Se alguém ensinar coisas boas, seguramente ela vai aprender para sempre e será um cidadão honesto, com dignidade, e será útil para a sociedade, de acordo com aquilo que aprendeu em casa e fora dela, na escola, na rua.

Também é sabido que para investirmos maciçamente na criança é evidente que há que ter recursos para isso. O interessante é que há uma lei. O Imposto de Renda permite que as pessoas, ao pagarem o imposto... E somos obrigados. Não tem como não pagá-lo, deputado. Se não pagar, depois virá uma multa num valor três vezes maior do que o valor que a pessoa sonegou. Então, não compensa o risco, pois a fiscalização está grande. O cruzamento de dados tem auxiliado muito a Receita Federal justamente para combater a sonegação.

O governo federal tem arrecadado bilhões e bilhões por conta do imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, e por conta do Imposto de Renda que as pessoas físicas, as pessoas jurídicas, as empresas, pagam, e pagam bastante. São esses dois grandes impostos: o IPI e o Imposto de Renda que fazem a grande soma de mais de R\$ 1 trilhão que o governo federal arrecada. E depois, naturalmente, ele faz os investimentos que todos nós acompanhamos.

Mas o que eu quero destacar aqui é que esse mês de março que passou e no mês de abril, agora - e já estamos quase na metade dele -, é a hora em que todos fazem a declaração do Imposto de Renda: os deputados Reno Caramori e Jailson Lima e os demais deputados, os desembargadores, os juizes, os médicos, os advogados, os dentistas, os profissionais liberais, enfim, milhares de

pessoas agora, neste mês de abril, estão fazendo a sua declaração do Imposto de Renda.

Até o ano passado, quem quisesse contribuir com algum fundo, como o Fundo do Turismo, Fundo da Cultura, a chamada Lei Rouanet, Fundo da Infância e Adolescência, tinha que fazê-lo até o final do ano letivo. Ou seja, sobre os rendimentos de 2011, teria que ter feito a contribuição para esses fundos até o dia 31 de dezembro do ano passado.

O que aconteceu de novidade, de extraordinário, e quando caminho divulgo essa notícia e vejo que ela ainda não chegou a todos os lugares, apesar da colaboração dos reitores das universidades: Furb, Unesc, no extremo sul de Santa Catarina, Unisul, Univali, Univille. Eu visitei diversas universidades pedindo para que os reitores divulgassem essa alteração da lei do Imposto de Renda, uma normativa chamada Normativa 1.246 da Receita Federal, que permite que a pessoa, ao fazer a declaração do seu Imposto de Renda, lá no finalzinho vai dar um imposto devido "x".

Normalmente, durante o ano letivo, a pessoa pode contribuir com 6% desse imposto devido para qualquer fundo que queira. Mas já que estamos falando tanto nos investimentos para a criança, vamos destinar, então, se é que queremos mudar essa realidade, diretamente 6% do nosso Imposto de Renda para os fundos municipais de desenvolvimento da criança e do adolescente ou para o FIA estadual ou municipal. Cada um pode fazer a sua opção que quiser: para o FIA de seu município ou para o FIA do estado. E depois, naturalmente, o estado irá fazer os investimentos onde houver crianças mais carentes, de acordo com o volume de recursos que houver.

Eu quero fazer um pedido aos nobres pares desta Casa. Este mês a grande maioria está fazendo a sua declaração do Imposto de Renda - e essa é a novidade que quero divulgar -, e todos podem contribuir agora, como se tivesse sido no ano passado. Normalmente as pessoas têm contribuído muito pouco.

No ano passado, fiz um levantamento, deputado Reno Caramori, e não chegou a 1%, no Brasil, o imposto que poderia ser arrecadado para os FIAs - Fundos da Infância e do Adolescente -, seja municipal ou estadual. E daí, sim, esse recurso que é muito bem fiscalizado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento da Criança, ou pelo Conselho Estadual do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente, ou pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente...

Então, o contribuinte pode estar seguro que, além de ele ter que pagar os 100% do imposto, agora pode fazer a opção de 3% do imposto devido. A pessoa vai fazer a conta de qual é o imposto devido, e 3% desse valor poderá destiná-lo ao Fundo da Infância e do Adolescente, e não vale para outros fundos: o Fundo da Cultura, o Fundo do Turismo. Esse aqui é sobre os rendimentos do ano passado, de 2011.

Portanto, precisamos conseguir fazer chegar à grande massa da sociedade, a todos aqueles que pagam o Imposto de Renda, a chamada campanha Leão Amigo, em que é permitido fazer a doação de 3% agora, no momento em que fazemos a conta de qual é o imposto que teremos que pagar. E podemos destinar 3% do imposto devido ao Fundo da Infância e do Adolescente, seja do estado ou do município.

Quero pedir aos nobres pares que cada juiz, desembargador, prefeito, enfim, cada um que fizer essa doação também anuncie aos seus amigos e conhecidos pelo Facebook, ou através dos vários meios de comunicação que existem, como jornais e rádios, para que a sociedade saiba que pode usar esses recursos. Se muitas vezes reclamamos que pagamos o imposto e depois há dificuldade para fazê-lo retornar à origem, essa é a grande oportunidade que temos, pois podemos depositar 3% no Fundo da Infância e do Adolescente do município, ou se preferir do estado.

Essa é a campanha do Leão Amigo, e pedimos a colaboração de todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori)-
Muito obrigado, sr. deputado!

Não havendo mais oradores inscritos em
Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os
srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da
palavra, esta Presidência, antes de encerrar a
presente sessão, convoca outra, ordinária, para
amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do
Dia: matérias em condições regimentais de serem
apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.